

ENTREVISTA COM O PROF. DR. NEWTON DUARTE

Rita de Cássia Duarte¹
Newton Duarte²

Newton Duarte possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (1985), mestrado em Educação pela mesma instituição (1987), doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP (1992). É professor da UNESP, campus de Araraquara, desde 1988, onde obteve o título de Livre-Docente (1999) e ocupa o cargo de professor titular desde 2009. Foi pesquisador visitante no Instituto de Ontário para Estudos em Educação, da Universidade de Toronto (Ontario Institute for Studies in Education - OISE/UT) de 2003 a 2004; no Centro para Pensamento Político e Social (Centre for Social and Political Thought – CSPT) da Universidade de Sussex, Brighton, Inglaterra, de 2011 a 2012 e do Instituto de Humanidades (Institute for the Humanities), na Universidade Simon Fraser, Vancouver, Canadá, de 2019 a 2020. Suas pesquisas têm sido apoiadas pelo CNPq, pela CAPES e pela FAPESP. É líder do grupo de pesquisa “Estudos Marxistas em Educação”.

Autor de livros, capítulos de livros e artigos, publicados no Brasil e no exterior. Entre seus trabalhos destacam-se os livros: Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos (2021, 2ª edição); A Individualidade Para Si (2013, 3ª ed), Vigotski e o Aprender a Aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana (2011, 5ª edição); Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões? (2003); Crítica ao Fetichismo da Individualidade (2004); Critical Perspectives on Activity: Explorations across Education, Work and Everyday Life (2006) co-editada com Peter Sawchuk e Mohamed Elhammoumi; Arte, Conhecimento e Paixão na Formação Humana: Sete Ensaios de Pedagogia Histórico-Crítica (2010) em coautoria com Sandra Della Fonte; Conhecimento Escolar e Luta de

¹ Entrevistadora: Doutora em Educação Escolar, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar UNESP Araraquara. Membro do grupo de pesquisa “Estudos Marxistas em Educação”. Endereço para contato: e-mail: ritaduarterisso@yahoo.com.br

² Entrevistado: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (1985), mestrado em Educação pela mesma instituição (1987), doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP (1992). É professor da UNESP, campus de Araraquara.

Classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie (2021) em coautoria com Dermeval Saviani.

Rita Duarte - Tendo em vista o caos sanitário decorrente da Pandemia da Covid-19, seria possível afirmar que o acesso de crianças e jovens aos conteúdos escolares ficou comprometido ou as tecnologias digitais que se expressam nos computadores, smartphones e redes sociais garantiram este acesso, e nesse caso altera-se em alguma medida sua crítica a tese de que vivemos a sociedade do conhecimento?

Newton Duarte: Em 2001, em meu texto *As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*, que deu origem ao livro publicado em 2003, com o título *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?* fiz a crítica à crença, já então bastante difundida, de que a existência da internet e das tecnologias digitais de informação e comunicação teria universalizado o livre acesso ao conhecimento. Esse mito tem alimentado muitas ilusões, como a de que teria deixado de ser necessária a escola como instituição de socialização do conhecimento, já e isso estaria assegurado pela “sociedade do conhecimento”.

Nessas duas décadas subsequentes, o que vimos foi a confirmação de que a existência da tecnologia e sua incorporação aos processos educativos não necessariamente resulta em real democratização do acesso ao conhecimento. Existe muita propaganda que insiste em afirmar que estaríamos numa nova era, a era digital e que as pessoas nunca tiveram tanto acesso ao conhecimento como na atualidade. A avaliação que faço é a de que não existem elementos concretos que justifiquem essa atitude otimista no que diz respeito às relações entre difusão das tecnologias digitais e aumento do nível de conhecimento da população em geral. As pessoas têm acesso a informações, que podem ser verdadeiras ou falsas. As chamadas *fake news* são informações falsas deliberadamente difundidas com o objetivo de manipulação do pensamento e do comportamento das pessoas. Além disso a internet direciona o comportamento das pessoas por meio das muitas formas de propaganda com fins comerciais, ou seja, criação de hábitos de consumo. Conhecimento não é a mesma coisa que ter acesso a informações ou ser por elas bombardeado. O domínio do conhecimento que nos

permite entender a realidade para além do pragmatismo e do imediatismo próprios à vida cotidiana requer aprendizagens sistemáticas resultantes de ações educativas metodicamente organizadas. Para isso é necessária a educação escolar voltada ao que o professor Dermeval Saviani chamou, na década de 1980, de “socialização do saber sistematizado”. As pedagogias do aprender a aprender, como é o caso da pedagogia das competências, têm sido grandes obstáculos à organização de um sistema escolar em nível nacional que, de fato, socialize o conhecimento das ciências da natureza, das ciências da sociedade, das artes e da filosofia. Essas pedagogias, que estão em sintonia com o universo ideológico neoliberal e pós-moderno, trabalham constantemente para que o currículo escolar esteja aprisionado aos limites das necessidades e interesses gerados pelo cotidiano alienado da sociedade capitalista contemporânea. O que a situação de pandemia da Covid-19 tem mostrado em termos de educação escolar é que a educação a distância, ou ensino remoto, não substitui de maneira satisfatória o ensino presencial. Em certas situações as formas remotas de ensino podem ser usadas como um recurso provisório que, entretanto, tem limites bastante acentuados e efeitos colaterais negativos que não podem ser ignorados. Um argumento frequentemente usado quando são feitas críticas aos limites das tecnologias digitais de informação é o de que essas críticas seriam provenientes de pessoas com mentalidade anacrônica, que não são nativos digitais. Já existem estudos feitos por pesquisadores estrangeiros que mostram ser um mito essa ideia de que existiriam os tais nativos digitais. Também é um mito a ideia de viveríamos uma nova era cuja característica principal seria a da onipresença da tecnologia digital. É como se não vivêssemos mais numa sociedade capitalista, como se a luta de classes não existisse e a tecnologia digital criasse as condições para a liberdade, a democracia e o acesso ao conhecimento. Essa ilusão é perigosa porque se torna um grande obstáculo à tomada de consciência sobre os problemas alimentados pela dinâmica social capitalista. Mas a crítica a essa ilusão precisa ser feita como parte de uma crítica a algo maior que é o universo ideológico neoliberal e pós-moderno que se formou como expressão, no plano das ideias, da fase em que entrou o capitalismo no final do século XX e começo deste século.

Rita Duarte - Pensando no papel da educação escolar, comprometida com emancipação humana e conseqüentemente crítica da realidade de exploração vigente na sociedade capitalista, quem ganha e quem perde com uma possível institucionalização do *e-learning*?

Newton Duarte: De imediato quem ganharia com essa situação seriam, obviamente, os vários tipos de empresa que produzem aquilo que é necessário ao *e-learning* e sairiam ganhando também as instituições privadas de ensino que venham a utilizar o *e-learning* como forma de aumento da lucratividade. Em outras palavras, ganhariam a curto prazo aqueles que conseguissem usar o *e-learning* como mercadoria. Mas a sociedade como um todo perderia. Inclusive a classe dominante, que pode ter, num primeiro momento, segmentos seus aumentando sua riqueza, sairá perdendo a médio e longo prazo com a deterioração daquilo que é a essência do trabalho educativo que consiste, conforme aprendemos com o professor Dermeval Saviani, em produzir de maneira direta e intencional, em cada indivíduo, a humanidade que vem sendo produzida ao longo da história pela totalidade dos seres humanos. Eu discordo da ideia de que a boa ou má qualidade da educação a distância dependa do uso adequado das tecnologias e da adoção de perspectivas didático-metodológicas compatíveis com esse formato de atividade educativa. A educação a distância, ou ensino remoto, é um formato no qual inevitavelmente se perdem aspectos essenciais da relação pedagógica. Em determinadas situações pode-se fazer uma avaliação social de que essa perda seja justificável diante da impossibilidade, por diversas razões, de realização da educação na forma presencial. Mas esse tipo de avaliação só é admissível em situações excepcionais e passageiras. O que as pessoas vêm dizendo é que com a pandemia o *e-learning* e o *home office* vieram para ficar. Se essas formas de atividade, de fato, substituïrem de maneira permanente as relações pedagógicas e as relações de trabalho presenciais, meu entendimento é o de que teremos a acentuação e o aprofundamento da desumanização da vida que a sociedade capitalista tem produzido desde as décadas finais do século XX, com preocupante avanço neste século XXI. É por isso que afirmo que a sociedade como um todo sairá perdendo com a institucionalização do *e-learning*.

Rita Duarte - Como o senhor avalia o negacionismo da ciência hoje convertido em discurso oficial por parte do governo federal e suas implicações para educação?

Newton Duarte: Esse negacionismo da ciência é parte de algo mais amplo que é o obscurantismo beligerante o qual, por sua vez, é parte de algo ainda mais amplo que é o universo ideológico neoliberal e pós-moderno. Não conseguirei explorar essas relações em toda sua extensão e complexidade na resposta a uma pergunta, mas ao menos preciso explicitar que vejo esse negacionismo da ciência, praticado de forma grotesca pelo governo federal brasileiro que tomou posse em 2019, como algo que não pode ser explicado apenas como resultado de personalidades caracterizadas por baixo nível de desenvolvimento intelectual e moral. O problema é muito maior. Trata-se da dificuldade, que vem se acentuando desde meados do século XIX e parece ter atingido limites extremos, que a sociedade capitalista tem em lidar com a questão da verdade, isto é, do conhecimento objetivo. Por um lado, esse conhecimento é necessário para a resolução de problemas práticos localizados, mas, por outro, não interessa à classe dominante que o conhecimento se desenvolva, se amplie e se aprofunde de maneira a produzir questionamentos sobre a direção para a qual o capitalismo está levando a humanidade. O problema torna-se ainda mais difícil de ser visualizado e enfrentado porque uma parte considerável do pensamento de esquerda, nos últimos cinquenta anos, tem insistido na tese do relativismo cultural e epistemológico, isto é, insistido que não existem conhecimentos objetivos, não existem verdades, havendo apenas crenças culturalmente legitimadas e subjetivamente interpretadas. Essa parcela da esquerda, que há muito tempo vem acusando o pensamento científico de ser uma construção burguesa, etnocêntrica e opressiva, agora se vê numa situação complicada ao ter que criticar o negacionismo da ciência pela ultradireita. A educação deve se pautar no esforço histórico interminável e incansável de busca da verdade pelas ciências da natureza, pelas ciências da sociedade, pela filosofia e pela arte. Qualquer perspectiva ideológica, política e educacional que não adote essa referência, isto é, que negue a importância da verdade para a emancipação humana, tem consequências desastrosas para a educação.

Rita Duarte - O senhor realizou, de setembro de 2019 a março de 2020, em Vancouver, no Canadá, com apoio da FAPESP, estudos sobre os conceitos de doutrinação e neutralidade em educação. Nos últimos anos a direita tem acusado as escolas brasileiras, incluindo as universidades públicas, de realizarem doutrinação esquerdista. O senhor poderia apresentar de forma resumida algumas das conclusões a que chegou com essa sua pesquisa?

Newton Duarte: Sim, realizei um levantamento de bibliografia em língua inglesa sobre doutrinação e neutralidade em educação, o que acabou me levando também à bibliografia sobre a questão dos *controversial issues* (temas polêmicos). Em primeiro lugar preciso esclarecer que embora essa pesquisa tenha sido oficialmente concluída, com relatório aprovado pela FAPESP e pela UNESP, tenho procurado, na medida do que permite meu tempo, dar continuidade aos estudos da bibliografia que reuni. Não conseguirei abordar aqui todas as questões que têm surgido nessa pesquisa. Apresentarei apenas algumas breves considerações sobre aspectos mais diretamente ligados a essa alegação de que as escolas brasileiras praticariam doutrinação esquerdista das crianças e dos jovens.

Na bibliografia que reuni existem diversas conceituações do que seja doutrinação e diversas posições em relação a isso. Para simplificar a resposta à pergunta formulada, adotemos provisoriamente a definição de que doutrinação seja um processo no qual as pessoas assimilam certas ideias sobre a sociedade, a natureza, o ser humano, as relações sociais, a vida etc., de uma maneira tal que lhes impede de analisarem de forma racional questionamentos em relação a essas ideias, mesmo que esses questionamentos sejam baseados em evidências sólidas e argumentos consistentes. É o caso da crença em dogmas religiosos, da adesão a preconceitos e da aceitação fanática e irrestrita das afirmações de um líder religioso, cultural, político etc. Então, o primeiro ponto que eu levantaria é o que precisamos abrir o foco ao analisarmos o fenômeno da doutrinação. As críticas à suposta doutrinação esquerdista nas escolas brasileiras são tendenciosas, antes de tudo, por colocarem o foco só na escola, como se essa instituição fosse a maior suspeita de doutrinação das crianças e dos jovens. Além disso, essas críticas são tendenciosas porque não cogitam a possibilidade de existência de doutrinação política “direitista” nas escolas, da mesma forma

que silenciam sobre outras formas de doutrinação como é o caso da doutrinação religiosa no interior do ambiente escolar.

Isso remete a outro ponto, que é o do caráter arbitrário da seleção dos temas que são alvo das denúncias de suposta doutrinação nas escolas. São temas que se tornam polêmicos porque entram em colisão com determinadas visões políticas, religiosas e morais. Mas as mesmas pessoas que denunciam esses temas como doutrinadores não vêm qualquer problema em outros temas que lhes parecem ser perfeitamente naturais e adequados à educação das crianças e dos jovens. Para ficar em um único exemplo, cito a questão do ensino do empreendedorismo nas escolas, que vem sendo aceito como algo bastante saudável para a formação das novas gerações. Mas eu considero que o empreendedorismo é uma visão enganosa da questão do trabalho na sociedade contemporânea e vejo a difusão desse ensino, fora da escola e dentro dela, como um processo de doutrinação. Não por acaso, o apelo à subjetividade emocional é um elemento central na difusão dessa visão da vida. Quando, porém, toma-se como natural a aceitação do capitalismo como a única forma desejável de organização social e não são questionadas as causas do desemprego estrutural, o empreendedorismo torna-se o que eu chamaria de uma religião laica, algo que quase todas as pessoas assumem como “estando do lado do bem”.

Um terceiro ponto é o de que as denúncias de doutrinação nas escolas brasileiras, se quisessem, de fato, ser coerentes com a premissa de que a doutrinação seria um fenômeno negativo para a formação de crianças e jovens, não deveriam se configurar como um movimento doutrinador da sociedade. E o que temos visto é exatamente isso: um intenso processo de doutrinação da sociedade para que ela veja os professores e as escolas como suspeitos da prática de doutrinação e que, portanto, deveriam ser vigiados, perseguidos, denunciados e agredidos. A incoerência é flagrante: os grupos que dizem combater a doutrinação empregam práticas escancaradamente doutrinatoras. É um movimento de fanáticos empunhando cartazes contra o fanatismo. Uma das consequências desse tipo de visão criminalizadora da escola são as propostas de *home schooling*. E aqui é necessário novamente assinalar que contribuiu para essa visão negativa da escola uma linha de pensamento de parte da esquerda, que há muito tempo vem acusando a escola de ser uma instituição criada para dominar, alienar, oprimir e reproduzir a ideologia dominante. E, junto

com essa ideia de que a escola seria uma instituição criada para reprodução da ideologia dominante, difundiram-se também as pedagogias do aprender a aprender, que acusam a escola de ser tradicional e autoritária quando os professores tentam ensinar a seus alunos os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos.

Não estou dizendo que não possa haver doutrinação de esquerda, o que estou afirmando é que as denúncias de doutrinação esquerdista nas escolas visam camuflar o fato realmente existente, ou seja, em todas as dimensões da vida social contemporânea existe uma intensa doutrinação pró capitalista que, entretanto, não é sequer percebida pelas pessoas. Minha posição é a de que a doutrinação pró capitalista não deve ser combatida com doutrinação anticapitalista, mas sim com o cultivo da análise crítica racional, baseada em conhecimentos que permitam às pessoas compreenderem a sociedade para além dos limites do pragmatismo cotidiano. Isso significa que o domínio do pensamento teórico é necessário à superação dos processos de doutrinação. Quando a escola se limita a trabalhar com conhecimentos que são considerados de utilidade prática e não leva as novas gerações a dominarem os conhecimentos teóricos, ela cria um terreno favorável à doutrinação de crianças e jovens dentro e, principalmente, fora da escola.

Em relação à questão da neutralidade também as análises que tenho encontrado na bibliografia que reuni são bastante variadas, tanto em termos da conceituação do que seria neutralidade em educação, como em termos do que seja considerada a atitude desejável por parte dos professores e das instituições educacionais. Um primeiro ponto que destaco na demanda atual de grupos de direita pela neutralidade ética e política da escola, é algo que expressei na fala que fiz em 2018 na Câmara de Vereadores de Araraquara (SP) numa audiência pública onde foi debatido o projeto de lei Escola sem Partido. Naquela ocasião, afirmei ser um equívoco a exigência de que os professores só ensinem conteúdos e não eduquem. Antonio Gramsci escreveu sobre isso nos Cadernos do Cárcere. Ele mostrou que o ensino dos conteúdos escolares também educa porque sempre carrega ideias sobre a sociedade, a natureza e as relações sociais. Também naquela audiência pública eu disse que a escola tem por objetivo formar pessoas que não se omitam em relação aos problemas que se apresentam à sociedade e que não é possível ensinar às novas gerações a se posicionarem ética e politicamente se nosso exemplo como educadores for o da omissão. Na bibliografia

que reuni há autores que defendem que a escola deva excluir temas polêmicos para se manter neutra, outros defendem que esses temas não devem ser excluídos mas o tratamento dado a eles pelos professores deve ser o de neutralidade e outros ainda que defendem que os professores explicitem suas posições, porém fazendo-o de maneira democrática, ensinando os alunos a respeitarem as opiniões divergentes, analisarem os diversos argumentos e as evidências em favor ou contra as teses defendidas. Há autores que afirmam ser a neutralidade necessária e possível, mas alertam para as dificuldades que surgem quando a neutralidade não é apenas um elemento de retórica do qual se lança mão quando é conveniente a determinados interesses. Outros afirmam que a neutralidade não é possível nem desejável, mas alertam para a diferença entre explicitar posições racionalmente justificadas, fundamentadas em evidências objetivas e se impor essas posições a outras pessoas de maneira doutrinadora, seja pela via do autoritarismo ou pela da persuasão manipuladora de emoções. Há também análises das diferentes definições de neutralidade e seus significados para os diferentes âmbitos dos sistemas escolares. Por fim, existe também a discussão sobre as relações entre objetividade do conhecimento e neutralidade do conhecimento. Há autores que identificam essas duas coisas e outros que as diferenciam. De minha parte, defendo a posição de que a neutralidade não é possível nem desejável, já que concordo com a tese gramsciana de que os conhecimentos escolares se vinculam a concepções de mundo. E, igualmente, concordo com autores que fazem a distinção entre neutralidade e objetividade, como é o caso de Dermeval Saviani e Michel Löwy. Entendo que a tentativa de manutenção de neutralidade ideológica, política e ética, por parte de professores, instituições escolares, currículos e materiais didáticos resulta em insuperáveis incoerências e, não raro, numa pseudoneutralidade que esconde adesões a visões de mundo nem sempre muito claras para os próprios educadores. Mas também penso que a discussão sobre esse tema deve ser feita de maneira objetiva e racional, sem hipocrisias e preconceitos.

Rita Duarte - Sabemos que uma das publicações resultantes dessa sua pesquisa é o capítulo intitulado “*Um Montão de Amontoado de Muita Coisa Escrita. Sobre o Alvo Oculto dos Ataques Obscurantistas ao Currículo Escolar*”, que integra a coletânea “*A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a BNCC*” organizada por Malanchen e outros.

O senhor poderia retomar aqui, mesmo que brevemente, as análises que apresenta nesse texto em relação ao movimento Escola sem Partido e os argumentos que o senhor desenvolve sobre qual seria esse alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar?

Newton Duarte: Ao responder à pergunta anterior já apresentei diversos elementos para a resposta a esta. Nesse texto sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo, o argumento central é o de que os temas que os obscurantistas têm escolhido como objeto de violentas polêmicas no campo educacional acabam por distrair a atenção de muitos defensores da escola democrática, que se concentram na defesa da necessidade desses temas serem trabalhados na educação escolar e não percebem que os obscurantistas, na realidade, querem atacar a socialização do saber sistematizado pela escola. O verdadeiro objetivo é aprisionar cada vez mais os currículos das escolas públicas aos limites do pragmatismo da vida cotidiana, impedindo as novas gerações de se apropriarem do conhecimento teórico em suas formas mais ricas. Se não tivermos clareza de que esse é o alvo oculto, corremos o risco de auxiliarmos a direita nessa tarefa de esvaziamento dos currículos escolares ao nos concentrarmos nos temas em torno aos quais se estabeleceu a polêmica, deixando de lado a discussão sobre os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos que a escola deve ensinar.

Rita Duarte - são as propostas da pedagogia histórico-crítica na condição de pedagogia revolucionária para a construção de currículos escolares comprometidos com a formação humana?

Newton Duarte: De certa forma, já antecipei nas respostas anteriores os elementos desta. Analiso essa questão de forma mais aprofundada e detalhada no meu livro *Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos*, cuja segunda edição saiu neste ano de 2021. Entendo que para a pedagogia histórico-crítica o elemento unificador dos conhecimentos constitutivos dos currículos escolares é a concepção de mundo. Essa concepção é histórica, materialista e dialética. Dizer que ela é histórica significa que a realidade natural e social deve ser conhecida em seu movimento histórico, em sua gênese e

suas transformações. Compreender a realidade em sua historicidade não significa apenas olhar para o passado, mas em se analisarem as relações entre passado, presente e futuro. Dizer que essa concepção de mundo é materialista significa que no processo histórico de transformação da realidade o ser, em sua materialidade, existe antes que surjam e se desenvolvam as ideias, ou seja, a consciência. A partir da natureza inanimada teve origem a vida e partir do desenvolvimento dos seres vivos surgiu o gênero *Homo* e, como parte deste, surgiu a espécie *Homo sapiens*, à qual pertencemos. Foi no longo processo de evolução da vida que surgiram e se complexificaram as formas de psiquismo entre as quais desenvolveu-se, com a hominização, a consciência. Antes disso não existiam as ideias, mas existiam os seres, existia a matéria. É por isso que o materialismo entende que o ser pode existir sem a consciência, mas esta não pode existir sem aquele. A única situação em que a ideia precede a existência material é a atividade teleológica humana, em que o pensamento antecipa o resultado esperado ao final da atividade. Mas a própria atividade transformadora humana está inserida num percurso histórico-social de relacionamento entre os seres humanos e a realidade objetiva na qual eles vivem e agem. O materialismo também significa que na existência social humana é preciso que antes de tudo as pessoas se organizem para realizarem ações que assegurem as condições materiais necessárias à vida humana. Trata-se da reprodução da materialidade da vida. A partir disso é que os seres humanos têm condições de produzirem além dos limites básicos da sobrevivência, nascendo e se desenvolvendo as necessidades cognitivas, éticas, estéticas etc. As relações sociais por meio das quais os seres humanos se organizam para a reprodução das condições materiais de vida determinam, de maneira dialética, a produção e reprodução das ideias. Essa concepção de mundo, além de histórica e materialista é, também, dialética, o que significa que a realidade é movida por contradições fundamentais. Nesse caso, não se entende por contradição a ausência de coerência do pensamento, mas sim a unidade e luta de forças opostas que se transformam uma na outra e, nessa luta, fazem com que a realidade se supere, por meio de saltos qualitativos, surgindo novas contradições que gerarão novos movimentos. Se não conhecermos e não compreendermos as contradições essenciais que movem a realidade, não seremos capazes de intervir nessas contradições para tentar forçar a realidade a se movimentar em direções que sejam mais favoráveis à busca de construção de formas de

organização social que valorizem a dignidade e o desenvolvimento de todos os seres humanos.

O liberalismo se apresenta como o grande defensor da liberdade, mas, na verdade, as formas de liberdade que ele defende são todas limitadas por uma liberdade suprema, que é a do capital, que se traduz de maneira eufemística na expressão “liberdade de mercado”. A sujeição da humanidade à lógica de mercado cria enormes restrições à liberdade da grande maioria da humanidade, embora assegure uma margem de liberdade razoavelmente grande aos indivíduos da classe dominante. A concepção de mundo que sintetizei em palavras muito breves e de maneira bastante esquemática no parágrafo anterior tem como referência principal para sua visão de liberdade a luta histórica pela emancipação de todos os seres humanos de todas as formas de dominação, exploração e opressão, bem como a construção social de condições objetivas e subjetivas que permitam aos seres humanos coletivamente organizados decidirem quais direções devem ser tomadas pelas atividades de produção material e ideativa e quais rumos a sociedade deve percorrer em seu processo histórico interminável de transformação. Não existe nem nunca existirá liberdade absoluta, na qual estejam ausentes as determinações de diferentes tipos, mas a vida de todos e de cada indivíduo pode ser muito mais livre e humanamente rica do que é na sociedade atual. As possibilidades para que avancemos em direção a uma sociedade que supere o capitalismo existem, mas, como nos ensinou Gramsci, não basta que as possibilidades existam, é preciso conhecê-las, saber utilizá-las e querer utilizá-las.

Assim, os conhecimentos escolares constitutivos dos currículos são decisivos para levar os alunos a se apropriarem dessa visão de mundo por meio da aprendizagem da língua materna escrita e falada nas suas formas mais elaboradas, da matemática, das ciências da natureza, das ciências da sociedade, da filosofia e da arte em suas várias expressões. É aqui de especial valor a máxima marxiana de que a anatomia humana é uma chave para a anatomia do macaco, ou seja, o conhecimento de um determinado fenômeno em sua forma mais desenvolvida, em sua forma clássica, é uma chave para o conhecimento desse mesmo fenômeno em suas expressões menos desenvolvidas. Isso não significa, como tenho procurado explicar em textos, aulas e palestras, que a existência das produções humanas mais desenvolvidas elimine da vida social as produções mais simples ou anule a relevância

social dessas formas menos desenvolvidas de produções culturais. Significa tão somente que existem processos de desenvolvimento e que é possível conhecê-los partindo-se de suas fases mais desenvolvidas e percorrendo o caminho ao inverso, até suas fases mais simples, para depois fazer o percurso novamente até as fases mais desenvolvidas. Quando os educadores são capazes de fazer esse movimento de vai e vem histórico têm mais condições de compreender as dificuldades que seus alunos poderão encontrar no processo de aprendizagem dos conhecimentos escolares. Não estou dizendo que os alunos deverão refazer esse percurso histórico, mas que os professores, se compreenderem essa dialética entre a lógica de um conhecimento em sua forma mais rica e a história de seu desenvolvimento, terão mais elementos para encontrarem as estratégias didáticas mais adequadas. Isso quer dizer que a existência de currículos escolares verdadeiramente ricos requer o domínio igualmente rico do conhecimento por parte dos professores.

Submissão em: 06-06-2021

Aceito em: 16-07-2021